



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
*"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"*



Este texto não substitui o original publicado no DJe

## EDITAL Nº. 001/2017 – Comarca de Caracaráí

**O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA, POR MEIO DA COMARCA DE CARACARÁÍ, DISPÕE SOBRE A SELEÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS A SEREM EXECUTADOS COM RECURSOS PROVENIENTES DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA OBJETO DE TRANSAÇÃO PENAL, SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA NO ÂMBITO DA COMARCA DE CARACARÁÍ.**

O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA torna público por meio da COMARCA DE CARACARÁÍ, Unidade Gestora na Comarca da Caracaráí, para conhecimento dos interessados, o EDITAL PARA SELEÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS, conforme Resolução nº. 154 do Conselho Nacional de Justiça, de 13 de julho de 2012 e Provimento nº. 006 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Roraima, de 28 de junho de 2017.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Os recursos provenientes da prestação pecuniária objeto de transação penal, suspensão condicional do processo e de sentença penal condenatória no âmbito da Comarca de Caracaráí contemplarão projetos sociais nos termos do presente edital.

1.2 Poderão participar deste certame, preferencialmente, as instituições parceiras da COMARCA DE CARACARÁÍ até a data da publicação do presente edital e em situação ativa.

1.3 Cada instituição poderá participar com a apresentação de apenas um projetos sociais.

1.4 Será destinado o valor máximo de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada projeto social selecionado, salvo entendimento do Juízo após manifestação do MP.

1.5 É vedada a utilização dos recursos para fins políticos partidários.

1.6 São fases deste edital: apresentação do projeto social, habilitação jurídica e seleção dos projetos sociais.

1.7 Os projetos sociais admitidos e não selecionados não ficam vinculados aos próximos editais.

1.8 As instituições serão responsáveis pelo resultado do projeto contemplado e deverão observar os preceitos legais para a sua execução.

1.9 A data-limite para habilitação jurídica e apresentação dos projetos sociais é dia 30/11/2018.

1.10 Não será objeto de análise a documentação apresentada após o prazo estabelecido no item 1.9 do presente edital.

1.11 Os projetos deverão ser apresentados no Protocolo da Comarca de Caracarái, RR, sito à Praça do Centro Cívico, s/n, Caracarái/RR, de segunda à sexta-feira, no horário de 08 às 18 horas.

1.12 A participação implicará na ciência e aceitação tácita das condições estabelecidas neste edital das quais as instituições não poderão alegar desconhecimento sob nenhuma hipótese.

## **2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

2.1 A instituição interessada deverá apresentar os documentos necessários a habilitação jurídica juntamente com a apresentação do projeto, conforme abaixo:

a) Cópia da ata de eleição da atual diretoria e cópia do estatuto social no caso de instituições privadas;

b) Cópia do documento de identificação, CPF do responsável legal pela instituição e responsável pela execução do projeto e termo de responsabilidade devidamente assinado.

c) Documentação que comprove a habilitação jurídica das entidades responsáveis pela execução do projeto: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa do Débito Previdenciário, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa Federal e Estadual.

d) Projeto social contendo o detalhamento das atividades que serão executadas, constando a área de interesse a ser beneficiada, a justificativa do projeto, os objetivos, a estimativa de custos e a o cronograma de execução (ANEXO I), devidamente digitado, acompanhado de 03 (três) orçamentos referentes ao mesmo objeto de aquisição, e que sejam originais, legíveis, contendo nome de um responsável devidamente identificado e com prazo de validade.

2.3 Identificada a necessidade de adequação na documentação, o juiz notificará, por meio do Diário da Justiça, a(s) instituição(ões) para promover(em) a(s) adequação(ões) necessária(s) no prazo de 05 (cinco) dias corridos, sob pena da instituição não ser habilitada.

2.4 O projeto social apresentado deverá contemplar apenas os seguintes elementos de despesas, respeitado o valor fixado no item 1.4: material de consumo e material permanente.

2.4.1 Os elementos de despesas material de consumo e material permanente deverão ser fornecidos exclusivamente por pessoa jurídica.

2.4.2 Poderão ser objetos de gastos dos elementos de despesas:

a) Material de consumo: aquisição de materiais de uso imediato, como: alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal, acessórios, materiais para esporte, para telecomunicação, para manutenção, dentre outros.

b) Material permanente: aquisição de materiais de uso permanente, como: mobiliário, eletrodoméstico, eletroeletrônico, dentre outros.

2.5 O cronograma de execução do projeto deverá ser fielmente cumprido e será fiscalizado em conjunto, com visitas in loco, realizadas pelo Juízo e Ministério Público.

2.6 O encaminhamento do projeto deverá ser endereçado ao Juiz e protocolado nos termos do item 1.11.

### **3. DA SELEÇÃO DOS PROJETOS**

3.1 Recebido o requerimento de apresentação do projeto, a Secretaria da Vara deverá adotar as providências no que tange a conferência da documentação e certificação quanto ao cumprimento das normas estabelecidas no presente edital.

3.2 A Secretaria da Vara emitirá parecer analisando os critérios estabelecidos nos incisos I, II, III, IV, do § 1º, do Art. 2º, da Resolução 154, de 13 de julho de 2012 do Conselho Nacional de Justiça, abrindo em seguida vistas do projeto ao Ministério Público, que deverá se manifestar no prazo de 05 dias, nos termos do art. 207, parágrafo único, do provimento CGJ nº 006/2017.

3.3 Após a manifestação do Ministério Público, o Juiz decidirá, em 10 dias, de acordo com o Art. 2º e do Art. 3º, da Resolução nº. 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça e o Art. 207 do Provimento CGJ nº 006/2017.

3.4 A unidade gestora publicará no Diário da Justiça as instituições selecionadas para receber os recursos provenientes deste edital com o nome do projeto, o(s) objeto(s) do(s) elemento(s) de despesa e o valor contemplado.

3.5 A instituição cujo projeto social for selecionado assinará Termo de Responsabilidade com a unidade gestora, no qual constará que em nenhuma hipótese o recurso será utilizado para financiar outra finalidade ou objeto.

3.6 Os critérios para seleção dos projetos sociais serão aqueles elencados nos artigos 206 à 209 do Provimento nº. 06 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Roraima, de 28 de junho de 2017.

#### **4. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

4.1 A entidade beneficiada prestará contas em, no máximo, 30 (trinta) dias após o término da execução do projeto, conforme cronograma apresentado.

4.2 A prestação de contas deverá conter os seguintes documentos:

- a) Planilha detalhada dos valores gastos com cada item (anexo II);
- b) Original dos comprovantes das despesas (nota/cupom fiscal ou recibo);
- c) Registro fotográfico ou vídeo em mídia (CD/DVD) da execução do projeto;
- d) Declaração firmada do responsável legal pela instituição certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
- e) Relatório contendo o resultado obtido com a realização do projeto.

4.3 Havendo saldo credor não utilizado no projeto, o valor deverá ser restituído à unidade gestora, por meio de guia de recolhimento emitida pela Secretaria da Vara.

4.4 A prestação de contas será encaminhada à Secretaria da Vara para análise prévia da documentação, em seguida remetida ao Núcleo de Controle Interno do Tribunal de Justiça, na sequência, ao Ministério Público e ao Juiz, para decisão.

4.5 Aprovada a prestação de contas, a homologação será publicada no Diário da Justiça.

4.6 A rejeição da prestação de contas pela unidade gestora e a ausência da prestação de contas por parte da instituição no prazo elencado no item 4.1, implicará na sua inaptidão à apresentação de projeto social por um período mínimo de 01 (um) ano, sem prejuízo de outras penalidades civis, criminais e administrativas.

#### **5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1 Ao Juiz da Comarca fica reservado o direito de aditar, prorrogar, revogar ou anular o presente edital.

5.2 Se houver alteração do responsável legal pela instituição, deverá imediatamente ser apresentada cópia da ata com a devida alteração e cópia do documento de identificação e do CPF do novo responsável legal.

5.3 Os casos omissos serão resolvidos pela unidade gestora (COMARCA DE CARACARAÍ), aplicando os parâmetros estabelecidos na Resolução nº. 154 do



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência**  
*"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"*

---

Este texto não substitui o original publicado no DJe

Conselho Nacional de Justiça, de 13 de julho de 2012 e no Provimento nº. 06 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Roraima, de 28 de junho de 2017.

Caracaraí, RR, 11 de dezembro de 2017.

**Juiz EVALDO JORGE LEITE**  
Titular da Comarca

Fonte: Diário da Justiça Eletrônico. Boa Vista, Ed. [6104](#), 04. Dez. 2017, p. 93.

**MODELO DE PROJETO DE DESTINAÇÃO DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS – ANEXO I**

**1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:**

INSTITUIÇÃO: *(Indicar o nome da instituição conforme consta no seu Estatuto ou na organização administrativa estatal). Indicar o CNPJ.*

RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO: *(Indicar o responsável legal)*

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS: *(Indicar Agência e conta a ser utilizada para recebimento do crédito)*

**2- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:**

TÍTULO DO PROJETO: *(Indicar a atividade principal a ser realizada, por exemplo: Realização de evento beneficente ou construção de salas adicionais de atendimento).*

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: *(Indicar o responsável direto pelo acompanhamento e desenvolvimento das atividades do projeto)*

VALOR DO PROJETO: *(Indicar o valor global para a realização das atividades do projeto)*

DATA E PREVISÃO DE REALIZAÇÃO: *(Indicar o período aproximado de realização das atividades do projeto)*

**3- OBJETIVOS DO PROJETO**

*(O que será realizado)*

**4- JUSTIFICATIVA**

*(Motivos que orientam a execução do projeto. Por quê? Para quê?)*

**5- PÚBLICO ALVO**

*(Identificar quem serão os beneficiários, diretos ou indiretos, da execução do projeto. Para quem?)*



## 6- META

## 7- CRONOGRAMA

(Indicar de forma resumida o conjunto de ações que deverão ser realizadas até a obtenção da finalidade do projeto, indicando o tempo a ser dispensado em cada ação)

ATIVIDADE	DATA	LOCAL	RESPONSÁVEL

## 8- PLANILHA DE CUSTO

(Apresentar 03 (três) orçamentos válidos na data de apresentação e indicar os custos por item, tendo como preferência o menor orçamento)

ITEM	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL


## 9- PRESTAÇÃO DE CONTAS

Após o período de 30 (trinta) dias da realização do projeto, a instituição deverá apresentar as respectivas comprovações de gastos e de conclusão do projeto.

- Notas fiscais referentes ao material adquirido;
- Fotos do evento ou obra concluída.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência**  
*"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"*

Este texto não substitui o original publicado no DJe

		<b>Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - COMARCA DE CARACARAÍ</b>		<b>MODELO - RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS - ANEXO II</b>	
<b>DADOS DA ENTIDADE</b>				<b>PROCESSO</b>	
Nome					
CNPJ					
Endereço					
Responsável					
CPF					
Telefone					
<b>DADOS BANCARIOS</b>					
Banco	Agência	Conta Corrente	Responsável pelo recebimento	CPF	
<b>VALOR DO PROJETO</b>			<b>Data Limite para Aplicação</b>	<b>Data Limite para Comprovação</b>	
<b>N.º</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>DETALHAMENTO DA DESPESA</b>	<b>DATA</b>	<b>MOVIMENTO</b>	
				<b>DESPESA</b>	<b>SALDO</b>
Apresento a documentação acima discriminada para fins de comprovação de despesas do projeto.			<b>DATA/ASSINATURA - ENTIDADE</b>		
Tendo verificado a aplicação dos recursos e estando em conformidade com o objetivo do projeto e relacionado à atividade da Entidade, aprovamos a prestação de contas.			<b>DATA/ASSINATURA - DIAPEMA</b>		
Tendo analisado a documentação e os objetivos, aprovamos a prestação de contas.			<b>DATA/ASSINATURA - MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		
Após todas as análises anteriores no tocante à formalidade e tendo sido atingidos os objetivos propostos, aprovo a prestação de contas.			<b>DATA/ASSINATURA - MAGISTRADO</b>		